

1  
2 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

3  
4 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**  
5  
6 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

7  
8  
9  
1 **Ata da 52ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral**  
2 **Paranaense às nove horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e sete, na**  
3 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos – Auditório Jurandir dos Santos  
4 Carneiro - reuniram-se, sob a Presidência do Sr. **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues**,  
5 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, os seguintes membros do  
6 Conselho: Sr. **Heitor Ângelo Scremin França**, da Secretaria de Estado Planejamento e  
7 Coordenação Geral, representando o Secretário Ênio José Verri; o Sr. **Terufumi**  
8 **Katayama** representando o Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério W. Tizzot;  
9 a Sra. **Vera Maria Haj Mussi Augusto**, Secretária de Estado da Cultura; o Sr. **Moacir E,**  
10 **Medri**, representando a Secretária Lygia Lumina Pupatto, da Ciência, Tecnologia e  
11 Ensino Superior; o Sr. **Jorge da Conceição Guerra**, representando o Secretário Virgílio  
12 Moreira Filho, da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul; a Sra. **Ana Cláudia Bento**  
13 **Graf**, da Procuradoria Geral do Estado, representando a Procuradora-geral Josélia  
14 Nogueira Broliani; o Sr. **Luiz Henrique Tessutti Dividino**, Diretor do Porto de Antonina,  
15 representando o Superintendente da APPA, Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva; o Sr.  
16 **José Antonio Peres Gediel**, representante do Instituto de Terras, Cartografia e  
17 Geociências; o Sr. **Lúcio Correa Moura**, representando o Prefeito Municipal de  
18 Guaratuba, Sr. Miguel Jamur; o Sr. **Helder Teófilo dos Santos**, Prefeito Municipal de  
19 Morretes; o Sr. **Luiz Fernando de Carli Lautert** representante da Universidade Federal  
20 do Paraná; o Sr. **Agostinho Celso Z. de Aguiar**, representante do Conselho Regional de  
21 Engenharia, Arquitetura e Urbanismo; Sr. **Eloir Martins**, representante das Associações  
22 Comerciais do Litoral; a Sra. **Renata Garrett Padilha**, representando a Sra. Camila Brito  
23 Tanous Boulos, das Entidades Ambientalistas e Sr. **Sebastião Garcia de Carvalho**,  
24 representante do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio  
25 Ambiente, Fundepar e afins do Estado do Paraná. O Presidente, Lindsley da Silva Rasca  
26 Rodrigues cumprimenta os presentes e convida a Secretária Vera Haj Mussi, o Dr. Gediel  
27 e o Prefeito Helder para que tomem assento à Mesa e informa que ontem o Secretário  
28 Forte Netto, recebendo diversas demandas dos prefeitos do litoral, solicitou que esta  
29 reunião fosse adiada para início do ano que vem em virtude de algumas relatorias não  
30 estarem terminadas, algumas nem iniciadas e outras em andamento e que, dado o  
31 adiantado da hora da solicitação resolveu manter a reunião. Disse ainda que ontem à  
32 noite, encontrou o Prefeito Baka que também havia sugerido o adiamento e que  
33 manifestou interesse de que uma das reuniões seja realizada em Paranaguá. Considera  
34 a possibilidade de realizar a próxima reunião em Paranaguá e diz que em virtude do Sr.  
35 Bigarella estar agendado para hoje e ter dificuldade para uma nova data e considera o  
36 brilhantismo com o qual ele tem feito a defesa da Serra do Mar do litoral pelas suas  
37 décadas e décadas de experiência, tornou-se praticamente uma memória viva da história  
38 ecológica do Paraná e informa que para homenageá-lo está sendo construído, na fase do  
39 projeto de ocupação, um Museu de Paleontologia em Vila Velha, o qual levará o nome do  
40 Professor Bigarella. Agradece o esforço e a presença de todos, e diz que a intenção é que  
41 já se tivesse uma definição mais completa com relação aos Planos Diretores, mas que  
42 infelizmente essa questão ainda não será deliberada hoje se as relatorias não estiverem  
43 terminadas. Fala das dificuldades encontradas nas questões que o Conselho do Litoral se  
44 envolve, participa e delibera junto com as prefeituras para se ter uma definição  
45 harmônica, já que quando cai dentro da Câmara Municipal o que entrou como abacaxi e  
46 sai como melão. Diz que está difícil resolver esta questão, porque os Vereadores sofrem

13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
  
22  
23  
24

## SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

pressão do poder local, tanto política quanto econômica, e acabam transformando a Gisele Bündchen em Arnold Schwarzenegger. Cita o caso de Matinhos, cujo Plano Diretor foi premiado, com várias bienais, desde o seu processo de concepção, de finalização, de indicação que se coloca para a cidade pensando em todas as variantes de forma muito avançada, progressista, tendo um novo conceito de cidade e que acabou sendo completamente desfigurado pela Câmara Municipal. Na seqüência passa a palavra ao Sr. **Luiz Fernando Gomes Braga**, Secretário Executivo, para que faça os encaminhamentos relativos à pauta estabelecida. O Secretário Executivo agradece ao Presidente, cumprimenta os Conselheiros e demais participantes e diz que será feito um informe sobre a situação das relatorias dos Planos Diretores e também apresentação introdutória da proposta de alteração do Regimento. Comunica que houve uma solicitação, por parte da AMLIPA, na figura do seu Presidente, Prefeito Riad de Guaraqueçaba, para que este ponto não fosse objeto de deliberação nesta reunião. Continua informando que consta da pauta a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, 51ª Reunião Ordinária, apresentação de informes sobre a situação das relatorias dos Planos Diretores, a apresentação sobre a proposta de mudança do regimento e alguns informes complementares sobre as atividades das Câmaras Técnicas e grupos de trabalho que estão tratando das questões relativas à legislação de uso e ocupação do solo no litoral e também a palestra do Professor Bigarella. Passa a palavra ao Presidente que pergunta aos presentes se receberam a Ata da 51ª Reunião Ordinária, como todos afirmam que sim pergunta se existe alguma proposta de correção, de alteração ou inclusão. Solicita que os favoráveis a aprovação permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Não havendo manifestações declara APROVADA POR UNANIMIDADE a Ata da 51ª Reunião Ordinária. O Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo para que informe quais relatorias serão apresentadas. O Secretário Executivo informa que as Secretarias que desenvolveram ou estão desenvolvendo esse papel de relatoria dos Planos que estão presentes, são: a da Secretaria da Cultura com a Secretária Vera Mussi que já fez a apresentação; a Secretaria do Planejamento aqui representada; e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano que também tem relatorias sob sua responsabilidade e já foi justificada a ausência do Secretário Forte Neto. Sugere ao Presidente que se encaminhe no sentido de definir como se dará o processo, tanto de apresentação das relatorias, quanto de deliberação e discussão dos Planos propriamente ditos nas reuniões subseqüentes. Os documentos finais dessas relatorias disponíveis são os relativos ao Plano Diretor de Guaraqueçaba, cuja relatoria foi realizada pela Secretaria da Cultura; a do Plano Diretor de Antonina, realizada pela Secretaria de Planejamento; e também documentos intermediários das relatorias dos Planos Diretores de Guaratuba, de Matinhos e ainda numa fase muito preliminar o Plano Diretor de Pontal. Esclarece que na realidade está por iniciar os trabalhos de análise pela relatoria a ser designada, do Plano Diretor de Paranaguá. Diz ser um ponto que exigirá um pouco mais da atenção do Conselho, por conta que o município de Paranaguá no âmbito de seu perímetro urbano a própria legislação anterior, colocava total autonomia do município no sentido das autorizações relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo. Continua dizendo que hoje com a aprovação no município, na Câmara e com a implantação do Plano que traz uma proposta com ampliação bastante significativa do seu perímetro, faz-se necessário discutir aqui como é que se faz a divisão, como é que se faz de forma concorrente ou dividida esse papel de acompanhamento do processo de uso e ocupação.

25

26 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

27

28

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

30

31

32

33

93 Informa que a relatoria do Plano de Paranaguá de fato ainda não foi designada, Diz que  
94 os documentos que estão mais aptos ou os planos que estariam mais aptos para  
95 discussão e aprovação na seqüência imediata seriam os Planos de Antonina e  
96 Guaraqueçaba e que segundo informes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano já nas  
97 próximas reuniões poderão ser colocados em exposição os relatórios dos Planos  
98 Diretores de Matinhos e Guaratuba e num prazo um pouco maior o de Pontal. Esclarece  
99 que a nova proposta do Regimento traz formas diferentes de organização que poderão  
100 atender essa questão, além das relatorias, contando com as Comissões Temáticas que  
101 poderão apoiar esse trabalho e as próprias Câmaras Técnicas. Quanto ao Plano Diretor  
102 de Morretes diz que houve uma dificuldade inclusive na consultoria contratada pelo  
103 PARANACIDADE em conjunto com o município. Explica que a consultoria foi substituída e  
104 os trabalhos já foram retomados. O Presidente Lindsley da Silva Rasca Rodrigues  
105 pergunta ao Secretário Executivo como, de acordo com o Regimento atual se definem as  
106 relatorias, ao que o Secretário responde que as relatorias são feitas a convite e por  
107 indicação da Presidência do Conselho. O Presidente retoma a palavra e diz desconhecer  
108 a razão pela qual essa demanda ainda não lhe foi apresentada ou então já teria definido a  
109 questão relativa ao Plano de Paranaguá e os demais que estão faltando, já que não há  
110 intenção alguma de postergar a questão e consulta os Conselheiros que representam as  
111 instituições acerca do interesse em fazer a relatoria do Plano Diretor de Paranaguá. A  
112 Sra. Manuela Oliveira, representante da APPA pede a palavra e diz que veio indicada  
113 pelo Dr. Eduardo Requião e que não entendeu ainda do que se trata, pois se é o Plano do  
114 Município que está atrasado, pergunta quem estaria aqui presente por conta disso, ao que  
115 o Secretário responde que realmente não há nesse momento a representação do  
116 município de Paranaguá, temos a Dra. Manuela representando a APA. Na seqüência o  
117 Presidente diz que como não houve manifestação espontânea em relação a relatoria do  
118 Plano Diretor de Paranaguá, na próxima semana fará essa definição, conversará com a  
119 SEDU ou com algum outro órgão para definir essa relatoria, de forma que não caracterize  
120 inoperância do Conselho, já que não é de sua vontade postergar essa discussão. Fala da  
121 importância de um cronograma estabelecendo os prazos para as relatorias e para  
122 aprovação dos Planos, já que não se podem realizar reuniões nas quais não haja  
123 substância de deliberações, como se nada estivesse acontecendo no litoral. Fala dos  
124 problemas graves em todos os municípios, como avanços à mata nativa, problemas com  
125 a balneabilidade, com esgoto, com moradia, com atividade portuária. São muitos os  
126 problemas e não se encontra aqui um espaço para que esses problemas possam ser  
127 discutidos de forma coletiva, mais abrangente, já que essa é a função do Colit.  
128 Historicamente é creditado, o grande patrimônio ambiental que temos no litoral,  
129 exatamente ao Conselho onde os empreendimentos produtivos passam por uma  
130 discussão e são realizadas ações para assegurar este avanço considerado patrimônio  
131 ambiental do Estado. Fala do investimento no Estado, das bases de monitoramento que  
132 vão de Tijucas a Itaperuçu, de Guaraqueçaba a Guaratuba, hoje interligados, o que  
133 permite se agir de forma ágil e rápida. Diz que temos muitas questões a serem discutidas,  
134 porque aqui é o fórum, senão vamos ficar sempre com processo chancelatório e com  
135 processo para deliberações internas das demandas que ocorrem lá e não vindo à tona os  
136 grandes problemas que no dia-a-dia enfrentamos nas demandas que temos tanto da  
137 classe política executiva como da legislativa do litoral. Informa que o Conselheiro Forte  
138 Netto colocou à disposição a SEDU para fazer tal relatoria, e que fica então designada a

34

35

36

37

38

## **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

39

40

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

42

#### **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

43

44

45

139 Secretaria de Desenvolvimento Urbano como relatora do Plano de Paranaguá e que  
140 serão estabelecidos prazos a serem comunicados aos relatores. O Senhor Lúcio Moura,  
141 representante do Prefeito de Guaratuba pronuncia-se dizendo que os Conselheiros não  
142 têm conhecimento dos prazos de nenhuma das relatorias em execução e solicita que  
143 sejam estabelecidos prazos para todas as relatorias, inclusive as que estão em  
144 andamento. O Presidente informa que a sugestão está acatada e que serão feitas  
145 definições para cada plano, com prazo para as questões pendentes, até porque enquanto  
146 não se aprova, adota-se o que está lá, adotando-se o que está lá não é o mais adequado.  
147 Continua dizendo que no caso de Guaratuba existe uma legislação municipal vigente,  
148 mas que é divergente, bastante divergente, inclusive com a prefeitura mais ou menos  
149 consensada, e quanto mais tempo se demora mais se pratica o que está lá e depois fica  
150 ruim de reverter. Sugere que no próprio regimento, no capítulo dos Conselheiros  
151 relatores sejam definidos prazos para Planos Diretores e para processos, que são coisas  
152 distintas, uma vez que os Planos Diretores são multidisciplinares e, portanto, mais  
153 demorado, exigem que a análise seja feita por mais de uma pessoa, mas que os  
154 processos têm que ter prazo, especialmente porque o desgaste pela falta de agilidade na  
155 análise é muito grande. Ressalta que está em jogo a vida das pessoas e a vida comercial  
156 é muito dinâmica, ela tem o seu 'time' e temos que ter critérios bem rigorosos ao analisar,  
157 para dizer sim ou não, mas não ficar na postergação das coisas. Resume colocando que  
158 está definido quem fará a relatoria de Paranaguá, que Morretes está em andamento; que  
159 Guaratuba e Matinhos estão também com a SEDU; que Pontal está em fase preliminar e  
160 agradece a Secretaria da Cultura que, dentre as demais, e parecida com a SEMA no que  
161 se refere ao quadro técnico menor, mas de pronto o fez. A Secretária de Estado da  
162 Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi: coloca que agora ficou ainda mais difícil, em função  
163 do reduzido quadro de pessoal e que o arquiteto urbanista que prestava e orientava  
164 bastante nessa questão dos Planos Diretores faleceu. O Presidente agrade a Secretária  
165 da Cultura e esclarece que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
166 também já concluiu a relatoria do Plano de Antonina e pergunta se alguém gostaria de se  
167 pronunciar a respeito dos planos. O Conselheiro Agostinho Celso Z. Aguiar, representante  
168 do CREA cumprimenta os presentes e fala de sua preocupação especialmente em  
169 relação ao Plano Diretor de Matinhos. Conta que semana passada esteve em Matinhos  
170 naquela reunião com o Meio Ambiente e a Sanepar, e a preocupação nesse veraneio é  
171 muito grande não só com relação a Matinhos e Guaratuba também, porque a expectativa  
172 das pessoas que convergem para esses balneários é muito grande em relação às  
173 soluções que deveriam ter sido dadas ao longo deste ano. Em Matinhos foi criada uma  
174 associação que está ativa, trabalhando e pressionando no sentido de soluções e se elas  
175 não vierem, neste veraneio serão muitos problemas, muitas manifestações. Lamenta o  
176 que vem ocorrendo com o Plano Diretor de Matinhos, um Plano tão bem elaborado, tão  
177 bem trabalhado e que sofreu ingerências da Câmara de Vereadores, de forma  
178 irresponsável porque criaram leis que se sobrepõem à Lei Federal, uma Lei maior. Sugere  
179 que seja dada uma solução urgente para esses problemas, já que o que se tem visto nos  
180 jornais são notícias de empresários de Curitiba, empresários do Paraná investindo em  
181 Santa Catarina porque aqui não vêem retorno, não vêem expectativa de se fazer  
182 investimentos. Não afeta só aqueles que vão fazer lazer, mas afeta, inclusive, as pessoas  
183 que moram nesses municípios. Questão de criação de emprego, a questão da economia  
184 desses municípios terem uma evolução. Diz ainda que entende o trabalho, o esforço do

46

47

48

49

## 50 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

51

52

### 53 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 54 DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

55

56

57

185 Governo nesse sentido, mas, há de se colocar responsabilidades em cima daqueles que  
186 não estão contribuindo para que as coisas aconteçam. O Presidente agradece e pergunta  
187 se há mais algum comentário sobre Planos Diretores. Não havendo manifestações diz  
188 que este assunto de pauta está cumprido e passa ao próximo item da pauta – informes. O  
189 primeiro deles diz respeito ao levantamento feito pela SANEPAR, em conjunto com o IAP,  
190 dos hotéis, pousadas e conjuntos de apartamentos condominiais de Guaratuba. Foram  
191 visitados trezentos e oitenta e três estabelecimentos, dos quais quarenta e nove vírgula  
192 cinco, ou seja, a metade está lançando esgoto de forma irregular e não irregular ao novo  
193 investimento, à nova rede, irregular a um investimento feito há mais de dez anos. Isso fez  
194 com que fossem chamados a uma reunião onde estiveram as representações das  
195 associações, os síndicos. Informa que foram enviadas correspondências para todos os  
196 estabelecimentos e que infelizmente a minoria compareceu, mas estava bem  
197 representada na reunião. Sem a presença do poder político local – tanto do Legislativo  
198 quanto do Executivo, o que é muito ruim neste momento em que o governo do Estado  
199 está construindo no Litoral um sistema de monitoramento, inclusive mudando de trinta e  
200 oito para quarenta e quatro pontos no Litoral todo e que se quer construir a cultura de que  
201 no Paraná se monitora o impacto do "coco", porque são coliformes fecais que o IAP  
202 monitora. São fezes de animais de sangue quente: cachorros, gatos, nós e o que vem um  
203 pouco da serra lá. Tudo isso é monitorado Hoje são sessenta e nove pontos monitorados  
204 e 44 deles divulgados. Santa Catarina tem quatro pontos, em média, por município. Não é  
205 nem por balneário é por município. Rio Grande do Sul tem dois pontos, em média. Isso dá  
206 uma dimensão do quanto o governo está preocupado com a poluição, e não está  
207 escondendo a sujeira embaixo do tapete. A SANEPAR, em Matinhos, desativou o famoso  
208 "pinicão", está sendo aterrado, foi feita uma desinfecção com cal. Então todo aqueles dois  
209 terços quase de vazão daquele rio que era de esgoto e que entrava no mar, não entra  
210 mais, foi para estação de tratamento, está desativado. No PAC está previsto um  
211 investimento de cinquenta e seis milhões de dólares para a parte de cima do tabuleiro  
212 para colocar todo aquele tabuleiro dentro da coleta. Em Pontal os índices de coleta estão  
213 chegando a doze, quatorze por cento e era zero. Diz que é necessário entender que  
214 Guaratuba no investimento antigo, hoje está em torno de 80%, do antigo ainda, 80%  
215 ligado. Explica que o governo trabalha para construir uma balneabilidade confiável e que  
216 já se avançou bastante. A Conselheira Vera Maria Haj Mussi, Secretária da Cultura conta  
217 que sua pasta abriu espaço para a SANEPAR nas ações do "Viva Verão" em que todas  
218 as apresentações da Secretaria da Cultura, teatro, dança, terão uma palavrinha da  
219 Sanepar falando da importância da questão do esgoto. Na sequência o Sr. Lúcio Moura,  
220 representante do Prefeito de Guaratuba: comenta que essa parceria SANEPAR, SEMA e  
221 Prefeitura está dando bastante resultado no programa de ligação do esgoto e que acredita  
222 que em pouco tempo o município de Guaratuba esteja cem por cento ligado. O Presidente  
223 passa a palavra ao Secretário Executivo para os informes. O Sr. Luiz Fernando Gomes  
224 Braga fala dos trabalhos das Câmaras Técnicas e Grupos que estão trabalhando junto ao  
225 Conselho do Litoral, aos temas ligados ao Conselho do Litoral. Coloca que já está em  
226 funcionamento a Câmara Técnica de Mineração, na expectativa de que os processos  
227 envolvendo as questões de mineração sejam agilizados. Também praticamente  
228 composta, com a minuta da resolução do Presidente já elaborada, para instituir a Câmara  
229 Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Lembra que  
230 grande parte das instituições já indicaram seus representantes para essa Câmara e que

58

59

60

61  
62  
63  
64  
66  
67  
68  
69

## **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

231 provavelmente no início de 2008 estará sendo legalmente constituída. Informa da  
232 constituição de grupo interinstitucional de revisão da legislação estadual o que deverá ser  
233 feito concomitantemente à discussão e aprovação dos Planos Diretores, de forma que se  
234 ajuste às legislações municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo como  
235 estabelece a lei em vigor. Esse grupo interinstitucional é composto por representações da  
236 SEMA, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria do Planejamento, da  
237 Procuradoria Geral do Estado com a participação e apoio da Secretaria Executiva do Colit  
238 e da Coordenadoria Jurídica da SEMA. Diz que já foram realizadas quatro reuniões e em  
239 breve trarão relatórios para este Conselho. Informa, ainda, que o Conselho do Litoral,  
240 através da sua Secretaria Executiva, está de forma temporária presidindo e coordenando  
241 a Câmara Técnica de Regularização Fundiária do Conselho da APA de Guaraqueçaba,  
242 que trata especificamente da questão do assentamento do Rio Pequeno, tema bastante  
243 significativo, emblemático de um problema de fundo do Litoral que é a questão fundiária e  
244 que é possível, talvez, dentro deste Conselho, a necessidade de se constituir uma  
245 Comissão Temática ou até, eventualmente, uma Câmara Técnica do Conselho também  
246 para acompanhar esse tema. E que isso deverá ser discutido na seqüência dos trabalhos.  
247 Com relação ao Regimento, chama a atenção para que os Conselheiros nos seus  
248 comentários, nas suas contribuições, além do conjunto da proposta do Regimento com  
249 seus detalhes de apresentação, de construção para a questão das antigas Comissões  
250 Permanentes funcionem em Comissões Temáticas. A proposta traz essas Comissões  
251 Temáticas Permanentes e Temporárias e ali são colocadas algumas sugestões do que  
252 poderiam ser tratadas nessas Comissões Temáticas - permanentes ou provisórias. Diz  
253 que o grupo que encaminhou essa revisão do Regimento se deteve bastante nesse  
254 aspecto. É uma questão que o Conselho precisará aprofundar – as esferas, os espaços  
255 de recursos ou recursais que precisam ser constituídas dentro do Conselho. Solicita  
256 também atenção especial a proposta de modificação na estrutura interna da Secretaria  
257 Executiva, cujo regimento prevê três divisões. A proposta amplia para quatro essas  
258 divisões; dá denominações que são auto-explicativas e correspondem às necessidades  
259 internas da Secretaria Executiva para poder melhor apoiar os trabalhos do Conselho.  
260 Sugere, adicionalmente, embora não conste da proposta do regimento, que as instituições  
261 deliberassem, discutissem a possibilidade de constituir grupos internos de apoio aos  
262 trabalhos dos Conselheiros, porque hoje o regimento estabelece só a figura do  
263 Conselheiro titular e do seu representante ou do seu representante legal, não existe mais  
264 a figura do suplente, é um detalhe passível de discussão também, e que possivelmente  
265 haverá uma demanda muito maior junto aos Conselheiros de participação de temas  
266 ligados ao Conselho. Assim, se for possível instituir, dentro de suas instituições, grupos  
267 de apoio sob a coordenação dos Conselheiros ou dos seus representantes legais,  
268 começa a se internalizar mais nas estruturas que aqui se fazem representar os temas que  
269 estarão em discussão aqui. E, finalizando, sugere que seja trabalhada programação do  
270 Conselho e que talvez seja possível estabelecer não em todas as reuniões do Conselho,  
271 mas com uma determinada periodicidade, uma estrutura parecida com a reunião de hoje  
272 em que tenhamos temas de relevantes interesses sendo expostos por instituições ou por  
273 pessoas de grande expressão, como é o caso hoje do Professor Bigarella. O Presidente,  
274 Sr. Rasca Rodrigues pergunta aos presentes se consideram possível que a próxima  
275 reunião seja realizada em Paranaguá e que sejam incluídos a apresentação por parte do  
276 DNIT desta proposta absurda da BR-101 e por parte da SEDU a proposta de

70  
71  
72

73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81

## SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

277 engordamento das praias. O Conselho tem que ter ciência deste projeto, isso foi  
278 apresentado na Escola de Governo, mas não é, tenho certeza, de conhecimento de todos  
279 aqui. E aí gostaria que convidasse para estar presente também o ex-Conselheiro do  
280 Conselho do Litoral, que esteve presente na reunião de sábado no litoral e que o  
281 Conselheiro Agostinho que já se ausentou sabe de quem se trata. Diz não se lembrar do  
282 nome desse ex-conselheiro, que lhe apresentou alguns dados do fluxo da água que ele  
283 considera que se deva pensar neste processo. Então, garantir a presença dele para que  
284 fazer o contraditório daquilo que está sendo proposto e alguns estudos que ele tem em  
285 relação a isso. A Conselheira Renata.Garrett Padilha, representante das instituições  
286 ambientais coloca que o instituto - IEPR tem sérios interesses em participar de qualquer  
287 Comissão Temática ou Câmara Técnica referente ao assunto da BR-101 e pergunta se  
288 isso poderia ser criado já na próxima reunião, depois da aprovação do Regimento  
289 Interno. O Presidente Rasca Rodrigues diz que com a apresentação da proposta, se terá  
290 o desdobramento, a melhor forma de encaminhar e acompanhar a questão. Cumprida a  
291 pauta o Presidente sugere que se faça um intervalo até a chegada do Professor Bigarella.  
292 Retomada a reunião o Secretário Executivo, Luiz Fernando Gomes Braga, informa que o  
293 Presidente Rasca Rodrigues precisou ausentar-se, e convida o Prefeito Helder Teófilo dos  
294 Santos, para assumir a Presidência. O Presidente agradece a presença do Professor  
295 João José Bigarella, ao qual passa palavra. O Professor Bigarella agradece o convite e  
296 inicia a palestra sobre a fachada costeira do Paraná, cuja transcrição taquigrafada, bem  
297 como gravação estão à disposição na Secretaria Executiva do Conselho do Litoral.  
298 Terminada a palestra o Secretário Executivo agradece a presença de todos e encerra a  
299 reunião. E, para constar eu, Luiz Fernando Gomes Braga, Secretário Executivo do  
300 Conselho, com base na transcrição resultante dos trabalhos de taquigrafia de inteiro teor  
301 da presente reunião e à disposição dos Senhores Conselheiros na Secretaria Executiva,  
302 lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

303 **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues**

**Luiz Fernando Gomes Braga**

304 **Presidente**

**Secretário Executivo**

305  
306

82  
83  
84